

TRAVESSIA Segundo portaria, concessionária e Agerba não cumprem as obrigações estabelecidas na outorga do serviço

Inquérito visa fiscalizar contrato dos ferries

BRUNO LUIZ SANTOS

O Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito para fiscalizar o contrato de concessão do sistema ferryboat para a empresa Internacional Travessias Salvador.

Segundo portaria publicada no Diário Oficial de ontem, a investigação foi aberta porque a concessionária e a Agerba, agência estadual reguladora dos transportes, não têm cumprido com as obrigações estabelecidas na outorga do serviço. Para o MPF, isso vem causando "transtornos e prejuízos aos usuários, além de oferecer riscos à integridade física dos mesmos".

Responsável pela condução do inquérito, o procurador Leandro Bastos Nunes determinou que um ofício seja expedido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para que responda, em até 30 dias, se a Agerba e a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra) sanaram as falhas apontadas em auditorias do órgão.

O contrato de exploração do serviço de ferryboat foi assinado entre o governo estadual e a empresa em julho de 2014. Ele prevê que a concessão terá duração de 25 anos, com arrecadação estimada de R\$ 2,66 bilhões em tarifas do sistema.

A Internacional assumiu a operação da travessia Bom Despacho-Salvador após a antecessora, TWB Bahia, ter o contrato rompido pelo governo do estado, sob acusação de ter sucateado o serviço e retirar indevidamente recursos do caixa da empresa.

Procurada por A TARDE, a Agerba informou que ainda não foi notificada do inquérito e, por isso, não poderia se manifestar. No entanto, destacou que faz regularmente a fiscalização do serviço, verificando cumpri-

mento de horários, regularidade, continuidade e eficiência na prestação dos serviços.

Informou, ainda, que possui 16 fiscais para atuar no sistema de lanchas e ferry diariamente e que todas as ocorrências relacionadas ao sistema são apuradas.

Contrato de exploração foi assinado entre o Estado e a empresa em julho de 2014

Em caso de descumprimento do contrato, a empresa é autuada ou notificada. A Internacional Travessias afirmou que também ainda não foi informada oficialmente das investigações, mas reiterou cumprir, desde o início, as disposições contratuais. A concessionária ainda se colocou à disposição das autoridades para colaborar com as apurações.

Em nota, a Seinfra destacou que obras estão sendo feitas nas gavetas dos ferry nos terminais de São Joaquim e Bom Despacho, o que deve tornar a operação "mais eficiente".

A secretaria iniciou obras de dragagem no terminal de Bom Despacho para diminuir os episódios de enca-

das embarcações durante as operações de atracação, o que vai aumentar a agilidade do serviço. A pasta não respondeu, no entanto, os questionamentos de A TARDE sobre se sanou as falhas apontadas pelo TCE e o processo de compra de um novo ferry.

Insatisfações

Para quem usa o sistema ferryboat constantemente, a sensação é a mesma do MPF: os responsáveis não cumprem com suas obrigações contratuais. Sobram reclamações, enquanto falta estrutura.

Estudante de serviço social, Ludmila Serra sai toda dia de Itaparica para ter aulas em Salvador. Volta à noi-

te para cidade de ferry e se queixa do serviço. Um dos principais problemas para ela é o atraso nos horários da travessia. "Quando o ferry faz em menos de uma hora, tem o problema da demora para atracar. Tem um ferry no lugar, aí é preciso esperar", reclamou ela, que também disse que as embarcações estão "sucateadas". "São ferries enferrujados, banheiros sujos, sem manutenção. Tem ferry que, quando chove, tem muita pingueira, fica empoeando a água", lamentou a estudante, que relatou já ter ficado 45 minutos em um ferry à deriva no ano passado.

Os problemas apontados por usuários já foram consi-

datados pelo TCE. Em auditoria feita em 2016, o órgão identificou várias irregularidades, como falta de manutenção das embarcações, com problemas mecânicos recorrentes em curto intervalo de tempo. "O controle de qualidade dos serviços executados não é dos melhores", apontou o documento.

Outra irregularidade apontada pelo TCE foi a falta de julgamento de autos de infração da Agerba contra a Internacional Travessias. Entre setembro de 2014 e março de 2016, foram lavrados 161 autos do tipo contra a empresa. Mas, até a data de encerramento daquela auditoria, nenhum deles havia sido apreciado.



Problemas apontados por usuários já foram constatados pelo TCE e, em auditoria feita em 2016, o órgão identificou várias irregularidades

PRESIDENTE DA ANJ

O jornalismo contra as fake news

JEFFERSON DOMINGOS

Em meio à onda de notícias falsas ("fake news"), impulsionada nos últimos tempos pelos avanços digitais, o jornalismo profissional deve atuar com a responsabilidade de guardião do bem-estar social, gozando de diferenciais como a qualidade, a confiabilidade e a credibilidade, como defende o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech.

"Usamos as redes para olharmos as informações desencontradas ou as desinformações deliberadas e, com a nossa técnica profissional de produtores de conteúdo, identificamos os equívocos e trazemos esses erros à tona, para que a sociedade não repita ou seja afetada", explicou o jornalista, que faz tour em várias regiões do Brasil, ao lado do diretor executivo da entidade, Ricardo Pedreira, em celebração aos 40 anos da ANJ, comemorados no mês de agosto.

Como exemplo de quanto a desinformação pode ser prejudicial, Rech lembrou de antigos boatos sobre vacinas, que indicavam, sem nenhuma confirmação oficial, que o medicamento poderia até matar. "Muitas famílias acreditam nisso e até deixam de vacinar os filhos. Tem criança morrendo por essa desinformação. Há



Marcelo Rech e Ricardo Pedreira em A TARDE

Qualidade, confiabilidade e credibilidade caracterizam o jornalismo profissional

uma preocupação grande com o efeito da desinformação, e a última barreira contra isso é o jornalismo profissional".

Futuro do impresso

Com o surgimento de várias plataformas para o leitor consumir notícia, Rech não teme pelo futuro do

jornal impresso, por ser um veículo "resiliente" e que conta com um público fiel e habituado à leitura física.

"A pessoa 'entra' no jornal e, de fato, se informa e vê os anúncios, não se distrai com outros acontecimentos, como acontece nos meios digitais", avalia.

IMPACTOS

Fortes chuvas causam transtornos na capital

ROBERTO AGUIAR

A forte chuva que caiu, na madrugada de ontem, causou estragos na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Localizada na Rua das Pedrinhas, na Estrada Velha de Periperi, a casa do ajudante de produção Valdir Nascimento, 46 anos, foi atingida por um deslizamento de terra. "Acordamos em pânico. O barro derrubou a parede do fundo, invadiu os cômodos. Minha filha gritava desesperada, ela ficou com as pernas cobertas pela terra", relatou.

O fogão, o armário da cozinha e o guarda-roupas foram destruídos. A Defesa Civil de Salvador (Codesal) foi acionada e esteve no local ainda na madrugada. Trabalhadores da Empresa Urbana de Salvador (Limpurb) retiraram o barro arrastado pela chuva e realizaram intervenções para impedir novos deslizamentos.

Em nota, a Codesal informou que registrou 255 ocorrências até as 17h de ontem. Foram 27 alagamentos de imóveis, um alagamento de área, 40 ameaças e desabamento, seis ameaças de desabamento de muro, 73 ameaças de deslizamentos, 14 árvores ameaçadas cair, quatro árvores caídas, uma avaliação de área, 15 avaliações de imóveis alagados,

dois desabamentos de muro, seis desabamentos parciais, 41 deslizamentos de terra, sete infiltrações, 17 orientações técnica e uma pista rompida.

A grama de contenção de uma encosta, na Av. Afrânio Peixoto, em Plataforma, foi retirada pela chuva. A obra foi inaugurada recentemente pelo governo estadual. "A encosta foi entregue antes do início das chuvas, mas essa grama que foi usada não segura é nada. Deviam colocar cimento em tudo" reclamou a cabeleireira Shaynara Matias, 33 anos.

Em nota enviada ao A TARDE, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) informou que a empresa que executou as obras foi acionada e iniciou a recomposição das placas de grama, bem como a colocação provisória de lonas de proteção.

Um enorme buraco apareceu em uma das vias marginais da Avenida Paralela, na altura da sede da Advocacia Geral da União (AGU) no último domingo. O trecho foi interditado, na manhã de ontem, o que ocasionou congestionamento, já que só uma pista ficou liberada para tráfego. A recuperação do pavimento asfáltico foi realizada, à tarde, pela Secretaria Municipal de Manutenção (Seman).